

GAZETA MERCANTIL

Sexta-feira, 1º de julho de 1988

Constituinte: ato irresponsável de anistia de débitos

Evitou-se o pior, que seria a aprovação da fusão de emendas de perdão de dívidas, que custaria a bancos e instituições financeiras — e, afinal, ao conjunto da sociedade — nada menos do que CZ\$ 750 bilhões. Mas, mesmo assim, o resultado da votação da Assembléia Nacional Constituinte na última quarta-feira foi desastroso: por 297 votos contra 115 e 11 abstenções, o plenário aprovou o destaque do deputado Roberto Freire (PCB-PE), que isentou da correção monetária as dívidas contraídas por micro e pequenos empresários no período de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro do ano passado e por mini, pequenos e médios produtores rurais no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987. O calor, sancionado pelos constituintes, pode vir a custar ao País mais de CZ\$ 100 bilhões.

Dissemos pode vir a custar, uma vez que ainda existe a possibilidade de que, no segundo turno, a Assembléia revogue essa discriminação injustificável, que beneficia um grupo com interesses especiais, desprezando, como dissemos em editorial anterior, os de

outros empresários que não se enquadram no benefício (a medida atinge apenas as microempresas, as pessoas jurídicas e as firmas individuais com receitas anuais de até 10 mil OTN, bem como os pequenos e médios produtores rurais assim classificados de acordo com os termos dos contratos). E, ainda mais injusto, a medida desconsidera que os prejuízos alegadamente advindos do Plano Cruzado também atingiram a massa dos assalariados, que, além de não de receberem compensação alguma, vêm arcando com uma carga sensivelmente maior de impostos e podem — quem sabe? — vir a ter de suportar um ônus mais pesado.

Sim, porque, se acabar prevalecendo o desrespeito cometido pela Constituinte com relação a todos aqueles que honraram os seus compromissos, aceitando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, o preço será pago por todas as camadas sociais. O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, já anunciou um corte imediato do crédito para custeio e investimento no setor rural. Existe também a hipótese de

suspensão da liberação de recursos para gastos do governo, o que não deverá certamente deixar de abarcar investimentos. Como os investimentos públicos são a principal mola propulsora dos investimentos das empresas privadas, a demagógica anistia aprovada pela Constituinte poderá custar muitos empregos.

A impressão geral é de que, mesmo tomando essas medidas drásticas, elas sejam insuficientes para cobrir o rombo provocado por esse insólito perdão de dívidas. Diante da impossibilidade constitucional de criar novos impostos para cobrança neste exercício, prevê-se que a saída para o governo poderia ser a instituição de um empréstimo compulsório.

Os constituintes que votaram a favor da medida, abrangendo parlamentares ligados praticamente a todos os partidos e das mais variadas tendências, indos dos que se dizem situar à esquerda aos que pertencem aos quadros da União Democrática Ruralista (UDR), esqueceram-se igualmente de prever qual a compensação a ser oferecida pelo governo aos

bancos privados e oficiais (estes últimos mais duramente atingidos). Como é pouco provável que as autoridades monetárias, numa fase como a atual, concedam às instituições financeiras qualquer tipo de alívio — mesmo para bancos comerciais estaduais em situação financeira precária —, o resultado previsível é que a anistia venha a exercer um efeito adicional sobre as taxas de juro, pressionando-as ainda mais para cima. (Isso, aliás, mostra, na prática, a inviabilidade de outra proposição aprovada pela Constituinte, estabelecendo o teto de 12% ao ano, em termos reais, para as taxas de juro.)

O certo é que as autoridades vão fazer tudo para evitar aumentar as emissões além do previsto, o que viria impossibilitar o cumprimento da meta de conter o déficit público em 4% do PIB neste ano. Assim, a irresponsabilidade dos constituintes na última quarta-feira pode vir a ter graves conseqüências, e a única esperança é de que, recuperando a lucidez, a Assembléia rejeite essa ruínosa emenda no segundo turno.